



Mentoria Estratégica para o CACD

APOSTILA DE ATUALIDADES

Professora Raquel Medeiros



NOVEMBRO/2025

SUMÁRIO

TEMAS MULTILATERAIS.....	2
Segurança.....	2
Meio Ambiente e Energia.....	4
Direitos humanos, Saúde e afins	9
ECONOMIA.....	13
INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO	Erro! Indicador não definido.
RELAÇÕES BILATERAIS.....	19
EUA	19
Países da América Central e da América do Sul.....	22
Países africanos.....	25
Países asiáticos.....	27
Países europeus e união europeia	30
Países do Oriente Médio.....	33

TEMAS MULTILATERAIS

SEGURANÇA

4 - 6 nov

The North European Cyber Days, 4-6 November 2025, Oslo, Norway. Ransomware Attacks Surge to Second-Highest Level in 2025 / Cybersecurity Snapshot: Akira ransomware is an “imminent threat”. Entre 4 e 6 de novembro, ocorreu em Oslo o **North European Cyber Days**, reunindo governos, empresas e centros de pesquisa para discutir **proteção de infraestruturas críticas, cooperação em cibersegurança e resposta a incidentes** no Norte da Europa. Relatórios privados de inteligência de ameaças indicam que novembro registrou **um dos maiores picos de ataques de ransomware de 2025**, atingindo setores como **saúde, educação, finanças, indústria e governos**, com destaque para o grupo **Akira**, classificado como ameaça iminente a infraestruturas críticas. A agenda de **segurança internacional já não se limita ao militar “clássico”**; cibersegurança e ataques a infraestruturas críticas são temas crescentes em PI. Rende questões sobre: **governança da internet, responsabilidade estatal por ataques cibernéticos** (atribuição, retaliação, direito de legítima defesa no ciberespaço), **cooperação regional europeia em cibersegurança**. Pode dialogar com perguntas em **Economia/PI** sobre riscos sistêmicos a cadeias de suprimentos e sistemas financeiros.

7 nov

Belgium moves to improve airspace surveillance after drone incursions. A Bélgica convocou o **Conselho de Segurança Nacional** após uma série de **incursões de drones** sobre aeroportos e bases militares, que levaram à suspensão de operações em **Bruxelas e Liège**, com voos cancelados e atrasos. Drones também foram vistos sobre a base aérea de **Kleine-Brogel**, associada a armas nucleares dos EUA; autoridades falam em possível **operação de espionagem sofisticada** e **“ataques híbridos”**, sem apontar publicamente a autoria (suspeitas informais recaem sobre a Rússia). O governo anunciou a criação de um **Centro Nacional de Segurança do Espaço Aéreo** e medidas de **vigilância e neutralização de drones**, inserindo-se no contexto de maior alerta da OTAN perante incursões similares em outros países europeus. O tema ilustra bem as **ameaças híbridas** (drones, espionagem, sabotagem crítica) e a dificuldade de atribuir responsabilidades. Pode ser usado em questões sobre **segurança coletiva na OTAN, guerra híbrida, proteção de infraestruturas críticas e regulação internacional de drones**. Em PI, pode aparecer como exemplo de **mudança no caráter dos conflitos armados**, com fronteiras difusas entre paz e guerra.

19 nov

UN Security Council resolution a violation of Palestinian right of self-determination and UN Charter, UN expert warns. O CSNU aprovou a **Resolução 2803**, que endossa um **plano de paz para Gaza**, autoriza o envio de uma **Força Internacional de Estabilização**, cria um **Board of Peace** para reconstrução e prevê um **Comitê Palestino** para a administração

cotidiana da Faixa. A relatora especial da ONU para os territórios palestinos, **Francesca Albanese**, afirmou que a resolução **contraria o direito de autodeterminação do povo palestino e consolida a presença considerada ilegal de Israel** nos territórios ocupados, correndo o risco de **legitimar violência em massa**. Albanese critica o fato de a resposta do Conselho não estar devidamente ancorada no **direito internacional dos direitos humanos, direito humanitário, direito sobre uso da força e Carta da ONU**. Altíssimo potencial em **PI, DIR e HM contemporânea**: funcionamento e limites do **CSNU**, tensão entre **realpolitik** e **normas jurídicas internacionais**, debate sobre **ocupação, autodeterminação, uso da força, missões de paz**. Pode cair em questão discursiva pedindo avaliação crítica da resolução como instrumento de **segurança coletiva** frente à crítica de violação da autodeterminação. Também dialoga com a posição tradicional do **Brasil em relação à questão palestina**, tema recorrente no CACD.

19 nov

Plan to speed tanks and armies across Europe in case of war with Russia. A **Comissão Europeia** apresentou plano para modernizar **infraestrutura de transporte (ferrovias, estradas, pontes)** e procedimentos de fronteira a fim de permitir que **tropas e blindados circulem rapidamente** pelo território da UE em cenário de conflito com a Rússia. O pacote prevê investimentos em corredores logísticos, simplificação de regras alfandegárias e coordenação entre Estados-membros para uso dual (civil/militar) das infraestruturas. A iniciativa é uma resposta direta à avaliação de serviços de inteligência europeus de que a Rússia está construindo capacidade para **eventual guerra contra a OTAN até 2029**. Excelente exemplo de **integração europeia na área de defesa**, tema clássico de PI. Permite discutir **OTAN x UE, infraestrutura estratégica, dissuasão e logística militar**. Em prova, pode surgir como texto-base para questões de **interpretação**, para pedir análise da **militarização da política de transportes** ou para relacionar com a **guerra na Ucrânia e o reposicionamento da OTAN**.

29 nov

The week Europe realised it stands alone against Russian expansionismo. Artigo relata a reação de líderes europeus a um **plano de 28 pontos EUA–Rússia** para encerrar a guerra na Ucrânia, percebido em muitas capitais europeias como um acordo que **recompensaria a agressão russa e rebaixaria a Europa** a coadjuvante em um condomínio EUA–Rússia sobre a segurança do continente. Autoridades como **Kaja Kallas, Macron, ministros alemães e britânicos** enfatizam a visão de que a Rússia mantém um projeto expansionista e que o plano seria, na prática, uma **“paz nos termos de Moscou”**, implicando perda permanente de território ucraniano e fragilização de garantias de segurança. O texto destaca uma percepção crescente de que **a Europa não pode mais confiar plenamente nas garantias de segurança dos EUA**, sobretudo sob Trump, e precisa construir maior **autonomia estratégica**. Tema fundamental para **PI, HM contemporânea e GEO política**: reconfiguração da **arquitetura**

de segurança europeia e debates sobre **autonomia estratégica da UE** e **enfraquecimento do multilateralismo**. Pode aparecer em questões que peçam para comparar o **papel dos EUA na segurança europeia da Guerra Fria** até hoje ou discutir **consequências globais** de um eventual recuo americano. Serve também como base para discutir **o lugar do Brasil num sistema internacional** marcado por **multipolaridade** e **erosão de alianças tradicionais**.

30 nov

War in Sudan: Humanitarian, fighting, control developments, November 2025. O Sudão vive guerra civil desde 2023 entre as **Forças Armadas do Sudão (SAF)** e as **Forças de Apoio Rápido (RSF)**; em novembro de 2025, ambas buscam consolidar controle territorial, com a RSF avançando em regiões como Darfur e Kordofan, e o Exército preservando a capital e áreas centrais. Há agravamento da **crise humanitária**, com dezenas de milhares de pessoas fugindo de cidades como el-Fasher e Kertala em poucos dias, segundo a OIM, além de riscos de **fome em larga escala**. Reportagens e análises destacam denúncias de **crimes de guerra da RSF em Darfur** e o papel ambíguo de atores externos, como acusações do general Burhan sobre o **apoio dos Emirados Árabes Unidos à RSF**, o que o país nega. A situação entra na agenda do **Parlamento Europeu**, que discute resolução sobre a “escalada da guerra e catástrofe humanitária”. Tema central para **PI e GEO da África**: conflito interno com **forte dimensão regional**, disputa de influência de potências e atores do Golfo, **crimes internacionais, deslocamento forçado e colapso estatal**. Dá pano para questões sobre: **responsabilidade de proteger, atuação (ou omissão) da comunidade internacional**, repercussões para **segurança no Chifre da África, Sahel e vizinhos (Chade, Sudão do Sul)**.

MEIO AMBIENTE E ENERGIA

3 nov

Emissões do Brasil têm a maior queda em 16 anos, mas país ainda está fora da NDC. Relatório do Sistema de Estimativas de Emissões (SEEG), divulgado por Observatório do Clima e veiculado por IEMA e Envolverde, mostra que as emissões brutas do Brasil caíram **16,7% em 2024**, de 2,576 para 2,145 bilhões de toneladas de CO₂e, a maior retração desde 2009. A queda se deve principalmente à redução do desmatamento, especialmente na Amazônia, e não a mudanças estruturais em energia, transporte ou indústria. Apesar do progresso, o relatório indica que o país ainda não está no caminho para cumprir a NDC de 2025, pois as emissões projetadas seguem acima do limite comprometido. Central para **GEO** (desmatamento como principal driver de emissões), **ECO** (transição baseada em uso da terra vs. reformas setoriais), **PI** (credibilidade da liderança climática brasileira) e **DIR** (cumprimento de metas sob o Acordo de Paris). Esse tipo de dado costuma fundamentar itens que relativizam a “boa performance” brasileira, mostrando que há avanços, mas também contradições e desafios estruturais.

6 nov

COP30: fracasso em limitar aquecimento a 1,5 °C é “falha moral”, diz Guterres. Resumo objetivo: Na abertura da COP30, em Belém, o secretário-geral da ONU, António Guterres, afirmou que não cumprir a meta de limitar o aquecimento global a 1,5 °C constitui “falha moral” e “negligência mortal”. Ele alertou para riscos de ultrapassar pontos de não retorno em ecossistemas, maior insegurança alimentar, deslocamentos em massa e impactos sobre paz e segurança. Citou que 2025 caminha para ser o 2º ou 3º ano mais quente da história, com emissões em nível recorde, e que as promessas atuais ainda levam o mundo a cerca de 2,3 °C de aquecimento, apesar da expansão de energias limpas desde o Acordo de Paris. Essencial para **PI** (diplomacia climática, papel da ONU, justiça climática e segurança internacional), **GEO/ECO** (impactos físicos e socioeconômicos do aquecimento) e **DIR** (implementação do Acordo de Paris, princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas). Frases e dados do discurso são bons para citações em respostas discursivas sobre governança climática, antropoceno, segurança humana e lideranças normativas.

9 nov

COP30: o que há de mais recente na ciência do clima, de aquecimento acelerado ao colapso de corais. Reportagem da Reuters, a partir de painéis científicos na COP30, sintetiza evidências recentes: aquecimento mais rápido que o previsto em diversas regiões, intensificação de eventos extremos, secas históricas na Amazônia e risco de colapso de recifes de coral mesmo em cenários abaixo de 2 °C. Especialistas reforçam que o orçamento de carbono compatível com 1,5 °C está praticamente esgotado e que a trajetória atual é incompatível com as metas de Paris. Material riquíssimo para **GEO** (climatologia, impactos regionais, Amazônia), **ECO** (custos econômicos dos desastres e da inação), **PI** (negociações baseadas em evidência científica) e até **HB/HM** em perguntas de história ambiental e desenvolvimento. Traz bons dados e exemplos para justificar a urgência da transição energética em questões interdisciplinares.

11 nov

Nova coalizão lançada na COP30 para acelerar energia limpa na América Latina (LACEC). Release do WRI Brasil informa a criação, durante a COP30, da **Coalizão de Energia Limpa da América Latina (LACEC)**, liderada pelo WRI Polsky Center, Global Renewables Alliance, Global Wind Energy Council e iniciativa RE100. A coalizão reúne empresas, financiadores, sociedade civil e formuladores de políticas para destravar investimentos, melhorar regulações e acelerar o uso corporativo de eletricidade renovável na região, começando por Brasil, Colômbia e México. O objetivo é aproximar a América Latina da meta de triplicar energias renováveis até 2030, enfrentando desafios como dependência de hidrelétricas, redes frágeis e baixa integração regional. Relevante para **PI** (cooperação regional em clima e energia), **ECO** (papel do setor privado, investimentos verdes, integração de mercados energéticos), **GEO** (potencial renovável latino-americano). Mostra a importância de arranjos não estatais e

coalizões público-privadas na governança climática, tema que vem ganhando muito espaço em provas.

12 nov

COP30: cumprir metas climáticas exigirá transformação profunda da economia brasileira. Análise do Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA) mostra, com base em dados do SEEG, que 42% das emissões brasileiras vêm de mudanças de uso da terra e florestas e o desmatamento responde por 92% desse total. O setor de energia é apenas o terceiro maior emissor, o que diferencia o Brasil da média mundial, mas o estudo projeta emissões de **1,44 GtCO₂e em 2025**, acima da meta de 1,32 GtCO₂e da NDC. O texto argumenta que não basta reduzir o desmatamento: é preciso reformar estruturas de **energia, agricultura e resíduos**, com mitigação em todos os setores, para cumprir as metas de 2030 em diante. Fundamental para **ECO/GEO** (estrutura setorial das emissões, transição energética x uso da terra), **PI** (narrativa de “potência ambiental” vs. realidade das metas) e **DIR** (NDC, responsabilidade doméstica). Esse tipo de leitura alimenta tanto questões factuais quanto itens analíticos sobre se o Brasil está ou não “no rumo certo” e o que ainda falta em termos de política pública.

18 nov

COP30: mineração para expansão de energias renováveis carece de salvaguardas socioambientais. Em painel na Green Zone da COP30, especialistas – incluindo IEMA, Observatório da Mineração e organizações internacionais – alertam para os impactos da corrida por **minerais críticos** (cobre, níquel, cobalto etc.) usados em baterias e tecnologias renováveis. Destacam que 93 milhões de hectares da Amazônia estão sob interesse minerário, que grande parte dos depósitos incide sobre terras indígenas e territórios tradicionais, e que investimentos bilionários em mineração vêm ocorrendo com salvaguardas frágeis. Defende-se criação de “zonas proibidas” para mineração, critérios socioambientais mais rígidos em crédito e investimento e mecanismos robustos de consulta e consentimento prévio das populações afetadas. Excelente para **GEO** (Amazônia, conflitos territoriais, socioambientais), **ECO** (economia política da transição energética, extrativismo, “minerais de transição”), **PI** (diplomacia climática x direitos indígenas) e **DIR** (consulta prévia – Convenção 169 da OIT). Traz o contraponto importante: a transição energética não é automaticamente “verde”, podendo reproduzir desigualdades e conflitos, tema muito explorável em questões mais críticas.

18 nov

Brasil lança diagnóstico ambiental inédito na COP30: GEO Brasil 2025. Comunicado do PNUMA relata o lançamento do relatório [GEO Brasil 2025: Estado e Perspectivas do Meio Ambiente](#), produzido pelo MMA com apoio da ONU, FGV e IPEA, apresentado na COP30. O documento reúne dados sobre orçamento ambiental (apenas 0,26% do gasto federal entre 2001–2022), déficits de gestão ambiental em municípios, aquecimento acima da média global em biomas como Pantanal e Cerrado (até +4 °C), poluição do ar associada a cerca de 51 mil mortes anuais,

saneamento precário e expansão agropecuária sobre ecossistemas nativos. Também mostra que, apesar da forte participação de renováveis na matriz, a participação do setor de energia nas emissões nacionais subiu de 11,3% para 18,3% entre 2002 e 2023. Ouro para **GEO** (biomas, uso da terra, impactos ambientais), **ECO** (gasto público ambiental, saneamento, custos sociais da degradação), **PI/DIR** (insumos para a posição negociadora do Brasil). Traz números e recortes temporais que podem ser cobrados diretamente em itens de C/E ou usados para embasar respostas discursivas sobre “paradoxo” brasileiro: alta participação de renováveis, mas emissões ainda crescentes em energia e agropecuária.

22 nov

COP30 entra em impasse após UE rejeitar rascunho de acordo climático. A Reuters relata que a COP30 entrou em impasse quando a União Europeia recusou um rascunho de decisão que enfraquecia a linguagem sobre o fim dos combustíveis fósseis. O texto não trazia um roadmap claro para a eliminação gradual de petróleo, gás e carvão, o que levou um grupo de países – entre eles membros da UE e estados vulneráveis – a ameaçar bloquear o acordo. O conflito opõe exportadores de combustíveis fósseis e coalizões pró-transição energética, revelando as linhas de clivagem centrais da diplomacia climática atual. Crucial para **PI** (dinâmica de coalizões, posição da UE, países produtores, países vulneráveis), **ECO** (economia política da transição, dependência de fósseis) e **DIR** (natureza não vinculante de decisões da COP e disputa pela redação de textos finais). É um exemplo perfeito de como wording em negociações multilaterais tem implicações materiais, ótimo para questões de análise de documentos e interpretação de trechos de resoluções.

23 nov

[Takeaways from the COP30 climate summit in Brazil.](#) A síntese da Reuters destaca que a COP30 terminou com um compromisso frágil: não houve acordo formal para um phase-out de combustíveis fósseis, mas foram lançados dois “roadmaps” voluntários fora do processo oficial da ONU. Em contrapartida, países ricos concordaram em **triplicar o financiamento para adaptação** em países em desenvolvimento, e houve ênfase em metas de renováveis, eficiência e proteção florestal. O texto final é descrito como um “meio termo” entre demandas por ambição climática e resistência de produtores de petróleo e gás. Essencial para questões recentes de **PI** (COP30 em Belém é um evento-chave para próximos certames), **ECO** (financiamento climático, custo de adaptação, mecanismo de perdas e danos) e **GEO** (florestas, Amazônia, vulnerabilidades). Ajuda a mapear o balanço entre mitigação e adaptação, o papel do Brasil como anfitrião e a divisão Norte-Sul em torno do financiamento e da transição energética.

26 nov

Nigéria declara “emergência nacional de segurança” após onda de violência e sequestros. Diante de uma escalada de sequestros em massa, ataques de grupos armados e violência comunitária, o presidente Bola Tinubu declarou uma

emergência nacional de segurança, autorizando o recrutamento de dezenas de milhares de novos policiais e militares, o redirecionamento de agentes destacados para VIPs e a atuação de “forest guards” para combater grupos em áreas rurais. A medida veio após sequestros de mais de 200 estudantes e fiéis em diferentes estados. Organizações de direitos humanos alertam para o risco de **abusos por forças de segurança** e para a necessidade de respostas que respeitem direitos fundamentais. Junta **segurança, direitos humanos e governança** em um país-chave da África. É um ótimo exemplo para discutir **vias de militarização da resposta à violência**, o papel de **forças de segurança na violação e proteção de direitos**, além de permitir análise da política externa brasileira para a África (cooperação em segurança, direitos humanos, desenvolvimento).

27 nov

COP30: Big pledges on renewables and industry, but ambition falters on ending fossil fuels. A matéria destaca anúncios robustos de governos e empresas para expandir energias renováveis e descarbonizar a indústria pesada (aço, cimento, química), alinhados à meta de triplicar a capacidade renovável global até 2030. Ao mesmo tempo, ressalta que o texto final da COP30 evita compromissos vinculantes sobre a eliminação dos combustíveis fósseis, gerando críticas de cientistas e ONGs. O contraste entre entusiasmo com renováveis e a ausência de um acordo forte sobre fósseis é o eixo central da análise. Excelente para **ECO** (transição em setores intensivos em energia, green industry), **PI** (governança climática fragmentada, acordos de “clube”), e **GEO** (matriz energética mundial). A dialética “grandes promessas vs. Ambição insuficiente” é muito típica de enunciados de prova e pode ser explorada em questões que pedem avaliação crítica dos resultados de conferências climáticas.

27 nov

Canada rolls back climate rules in energy deal with Alberta. O primeiro-ministro Mark Carney firmou um acordo com a província de Alberta que **abandona o teto de emissões para o setor de óleo e gás** e suaviza regras de eletricidade limpa, em troca de reforço na precificação de carbono e apoio a um grande projeto de captura e armazenamento de carbono. O pacto é celebrado pela indústria petrolífera e criticado por ambientalistas, que veem um retrocesso no plano climático canadense. O acordo também prevê medidas para viabilizar um novo oleoduto rumo à costa do Pacífico, visando diversificar exportações para a Ásia. Importante para **PI** (posição climática de países desenvolvidos, credibilidade de compromissos de longo prazo), **ECO** (trade-off entre competitividade energética, tarifas e metas de descarbonização), e **GEO** (fluxos de petróleo, geopolítica da energia). Funciona bem em itens que comparam trajetórias de grandes emissores e discutem coerência entre discurso e prática em políticas climáticas.

DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E AFINS

5 nov

Câmara dos Deputados aprova Acordo de Escazú. Após anos de tramitação, a Câmara dos Deputados aprovou o **Acordo de Escazú**, tratado regional que garante **acesso à informação, participação pública e justiça em temas ambientais** na América Latina e Caribe, além de prever proteção específica a defensores ambientais. A aprovação ocorreu em meio a forte mobilização de organizações socioambientais, que destacaram o papel do acordo no enfrentamento da violência contra lideranças ambientais na região. A articulação entre **direitos humanos e meio ambiente** é altamente cobrada em **PI, Direito Internacional e Geografia**. O Escazú dialoga com princípios de **democracia ambiental**, com a agenda climática e com a reputação internacional do Brasil em governança ambiental. É um tratado recente, latino-americano, com foco em transparência, acesso à justiça e proteção de defensores: combinação perfeita para cair em questões interdisciplinares, tanto objetivas quanto discursivas.

6 nov

Brasil institui Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. O governo federal instituiu, por decreto, o **Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas**, consolidando e ampliando políticas já existentes desde a década de 2000. O plano prevê eixos de atuação como **proteção individual, ações de prevenção da violência, fortalecimento institucional e mecanismos de monitoramento e participação social**, com foco em defensores ameaçados, em especial em contextos de conflitos agrários, ambientais e urbanos. O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania coordena a política, em articulação com estados e sociedade civil. Tema central em **Direitos Humanos, Política Interna e PI do Brasil**: dialoga com obrigações internacionais do país em matéria de proteção de defensores (ONU, OEA, Acordo de Escazú), com a imagem internacional do Brasil e com debates sobre **violência no campo**, povos tradicionais, jornalistas e ambientalistas. Pode aparecer em questões de primeira fase (itens sobre marcos normativos recentes) e em discursivas que peçam análise da política de direitos humanos do Brasil no pós-2016.

7 nov

ONU (UNESCO–UNICEF–UNYO–OMS) faz chamado conjunto por políticas de saúde mental para crianças e jovens. Em declaração conjunta, UNESCO, UNICEF, Escritório de Juventude da ONU (UNYO) e OMS apontaram que a **saúde mental de crianças e jovens** continua sub-representada em **resoluções, políticas e financiamento internacionais**, embora dados indiquem que cerca de **1 em cada 7 adolescentes de 10–19 anos viva com algum transtorno mental**. O documento fala em saúde mental como **direito humano**, critica a fragmentação das políticas e pede uma **plataforma interagências e estratégias nacionais específicas**, com foco em prevenção, serviços comunitários, participação juvenil e integração com educação, proteção social e políticas digitais. A pauta de **saúde mental e**

direitos humanos cresce muito em organismos internacionais, e o texto faz a ponte entre **educação, proteção infantil, políticas digitais, clima e bem-estar**. É material para questões de **PI, Direitos Humanos e até Educação/Desenvolvimento**, explorando a noção de saúde mental como componente de **desenvolvimento humano** e como parte de um “direito à educação em ambientes seguros e inclusivos”.

7 nov

Caribe pós-furacão Melissa: resposta de emergência da OPAS e surto de leptospirose na Jamaica. Após o furacão Melissa devastar partes do Caribe no fim de outubro, a OPAS ativou mecanismos regionais de **resposta em saúde**, enviando equipes, medicamentos, apoio logístico e reforços para hospitais em países afetados, com destaque para a Jamaica. Pouco depois, o governo jamaicano declarou surto de **leptospirose**, com mortes e dezenas de casos confirmados e suspeitos, associando a crise ao **acúmulo de água contaminada, falhas em saneamento e vulnerabilidade de comunidades pobres**. Caso emblemático de **desastre climático, desigualdade e saúde pública**, tema recorrente em provas. Permite discutir **determinantes sociais da saúde, resiliência de sistemas de saúde**, papel de organizações regionais (OPAS) e a noção de **justiça climática**, na qual países mais vulneráveis sofrem impactos desproporcionais. É excelente exemplo para questões de **Geografia, PI e Saúde global**, inclusive em comparações com a atuação do SUS em enchentes e desastres no Brasil.

11 nov

Dia Mundial da Pneumonia 2025: foco em “Sobrevivência Infantil”. No contexto do **Dia Mundial da Pneumonia (12/11)**, a OMS e parceiros divulgaram atualização destacando que a **pneumonia continua sendo uma das principais causas de morte evitável em crianças menores de cinco anos**, especialmente em países de baixa e média renda. A campanha de 2025 enfatizou o tema **“Child Survival” (sobrevivência infantil)**, defendendo ações combinadas de **vacinação, nutrição adequada, redução da poluição do ar, acesso a antibióticos e oxigenoterapia**. Conecta **direito à saúde, infância, pobreza e desenvolvimento** – agenda forte em organismos como OMS, UNICEF, Banco Mundial e na implementação dos **ODS**. Pode ser explorado em questões sobre **saúde global, cooperação internacional** (inclusive no âmbito da CPLP e da cooperação brasileira em saúde) e em análises sobre desigualdade e políticas de proteção social.

13 nov

COP30: OMS/OPAS e Brasil pressionam por implementação do Plano de Saúde de Belém. Às vésperas da COP30, em Belém (2025), OMS e OPAS reforçaram chamado para que países implementem o **Belém Health Action Plan**, aprovado em conferência regional em 2024, que relaciona **mudanças climáticas, poluição, desastres ambientais e seus impactos na saúde**. O plano prevê ações em vigilância epidemiológica, sistemas de alerta, infraestrutura hospitalar resiliente, redução de emissões no setor saúde e proteção de grupos vulneráveis. O Brasil aparece

como ator central na formulação e promoção do plano, em sintonia com sua agenda de liderança em clima e Amazônia. Perfeito para questões interdisciplinares de **meio ambiente + saúde + PI + Geografia**. Mostra como a agenda climática se cruza com **direito à saúde**, adaptação, justiça climática e cooperação Sul-Sul. Também reforça o papel do Brasil como **norm entrepreneur** em saúde global e clima, podendo aparecer em itens sobre a atuação do país em foros multilaterais (OMS, OPAS, Convenção do Clima).

19 nov

OMS e dados sobre violência contra mulheres: 840 milhões já sofreram violência de parceiro ou sexual. Relatório da OMS estima que **840 milhões de mulheres no mundo já sofreram violência de parceiro íntimo ou violência sexual**, ao menos uma vez na vida. O documento aponta que a prevalência é elevada em todas as regiões e destaca a insuficiência de políticas de prevenção, serviços de apoio e mecanismos de responsabilização dos agressores. Reforça a violência de gênero como **problema de saúde pública, violação de direitos humanos e obstáculo ao desenvolvimento**. Violência de gênero é tema frequente em **Direitos Humanos, PI, Sociologia e Saúde global**. Os dados da OMS podem aparecer em itens sobre **tratados de direitos das mulheres (CEDAW, Convenção de Belém do Pará)**, bem como em discursivas sobre **interseccionalidade, políticas públicas, ODS 5 (igualdade de gênero) e agenda de desenvolvimento**.

21 nov

Setor do agronegócio tenta derrubar Plano de Proteção a Defensores no Congresso. Poucos dias após a instituição do Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, representantes do **agronegócio e da chamada bancada ruralista** passaram a articular, no Congresso, iniciativas para **revogar ou esvaziar** o decreto. A crítica central é de que o plano supostamente “criminalizaria” produtores rurais, enquanto organizações de direitos humanos apontam que se trata de reação a um mecanismo que busca proteger lideranças ameaçadas em conflitos fundiários e ambientais, muitas vezes envolvendo grandes empreendimentos. Excelente caso para discutir **conflitos de agenda interna** (agronegócio x direitos humanos x meio ambiente), mostrando como disputas domésticas repercutem na **imagem externa do Brasil**, inclusive em fóruns de clima, meio ambiente e direitos humanos (ONU, OEA, Escazú). É um exemplo típico de questão que pode ligar **política doméstica, economia política e política externa**, cobrando do candidato capacidade de análise integrada.

22 nov

“Prontos antes do primeiro caso”: resposta da OPAS ao risco de leptospirose pós-desastre na Jamaica. Em artigo de campo, a OPAS descreveu a estratégia **“Ready Before the First Case”** na Jamaica, detalhando ações preventivas frente ao risco de **leptospirose** após o furacão Melissa: monitoramento ambiental, orientação às comunidades, reforço de laboratórios, logística de medicamentos e trabalho articulado com autoridades locais para mitigar o surto. O texto destaca como **infraestruturas frágeis, falta de saneamento e desigualdade social** amplificam o

impacto de desastres climáticos sobre a saúde. Fornece um exemplo concreto de **prevenção de doenças negligenciadas** em contexto de desastre, articulando **saúde, direitos humanos (acesso à água, saneamento, moradia adequada) e mudanças climáticas**. É útil para questões de **Geografia humana, Política Internacional da saúde e direito ao desenvolvimento**, sobretudo em comparações entre respostas de países do Caribe e da América Latina.

24 nov

OMS lança guia para integrar saúde mental em todas as políticas de governo. A OMS publicou um novo documento com **orientações de política e ação estratégica para proteger e promover a saúde mental em todos os setores do governo**, defendendo uma abordagem de **“mental health in all policies”**. O guia apresenta recomendações específicas para dez setores (educação, trabalho, meio ambiente, defesa, justiça, proteção social, urbanismo etc.), com exemplos de ações e indicadores, tudo baseado em **direitos humanos, equidade e evidências científicas**. A ideia é que governos incorporem a saúde mental na formulação de políticas públicas amplas, e não apenas no setor saúde. É um caso de **governança global em saúde** com viés fortemente normativo, articulando saúde mental, **direitos humanos e políticas públicas**. Pode ser cobrado em questões sobre **OMS, sistemas de proteção internacional de direitos, determinantes sociais da saúde**, além de servir de exemplo em discursivas que discutam **abordagem intersectorial** de problemas complexos (violência, pobreza, mudanças climáticas, uso problemático de tecnologia, etc.).

28 nov

Georgia marca um ano de protestos em meio a lei de “agentes estrangeiros” e repressão. A Geórgia completou um ano de protestos massivos contra a guinada autoritária do governo, incluindo a lei que rotula ONGs e veículos de mídia com mais de 20% de financiamento externo como “agentes estrangeiros”. Organizações da sociedade civil e oposicionistas denunciam **repressão policial, prisões de manifestantes, ataques a jornalistas** e tentativas do governo de limitar liberdades civis; críticos dizem que o país se aproxima do modelo russo de controle social. Os protestos também estão ligados à frustração popular com o **impasse nas negociações de ingresso da Geórgia na União Europeia**. **Relevância para o CACD:** Conecta **direitos humanos, democracia e integração europeia** – temas caros a **PI, História Contemporânea e Política Comparada**. A lei de “agentes estrangeiros” ecoa debates globais sobre **shrinking civic space** (redução do espaço cívico) e o uso de retórica securitária para restringir liberdades; é um ótimo exemplo para questões discursivas sobre **tensões entre segurança, soberania e direitos fundamentais**.

ECONOMIA

5 nov

“Bill No. 1.087/25: Income Tax Reform in Brazil” – Tauil & Chequer (Mayer Brown). “Brazilian Senate approves 10% withholding tax on dividends paid to nonresident shareholders and individual income tax changes” – EY Tax News. O Senado aprovou o **Projeto de Lei 1.087/2025**, que promove ampla reforma do Imposto de Renda da pessoa física. Entre os principais pontos: elevação da **faixa de isenção mensal** para cerca de **R\$ 5.000**, com reduções progressivas da carga para rendas até R\$ 7.350 e isenção anual para rendas até R\$ 60 mil, com reduções graduais até R\$ 88.200; criação de um **“Imposto Mínimo”** sobre altas rendas (especialmente lucros e dividendos), para garantir contribuição efetiva mínima de contribuintes com grande capacidade contributiva; fim da isenção sobre lucros e dividendos oriundos do exterior, com instituição de **alíquota de 10%** retida na fonte para não residentes, além de mecanismo de compensação federativa para estados e municípios, de modo a preservar receitas de fundos de participação. A reforma dialoga diretamente com **temas recorrentes de prova: progressividade tributária**, justiça fiscal e concentração da carga sobre trabalho versus capital, ajuste do sistema brasileiro às diretrizes da **OCDE** sobre combate à erosão de base tributária e alinhamento a padrões internacionais de tributação de dividendos, efeitos potenciais sobre **poupança, investimento, distribuição de renda** e cooperação federativa. É excelente gancho para questões que comparem o sistema tributário brasileiro a modelos de países desenvolvidos, ou que peçam avaliação crítica da combinação entre **reforma de tributos sobre consumo e renda**.

7 nov

“Brazil’s sustainable debt market sees strong growth as country builds momentum ahead of COP30” – Climate Bonds Initiative. [Relatório da Climate Bonds Initiative](#) mostra que, até o fim do primeiro semestre de 2025, o volume acumulado de dívida rotulada **GSS+ (green, social, sustainability e sustainability-linked)** originada no Brasil chegou a **US\$ 67,8 bilhões**, dos quais **US\$ 49,3 bilhões (73%)** alinhados aos critérios da organização. O país desponta como o principal emissor da região em volume e número de transações, com forte participação corporativa e preferência por títulos em moeda local (51%). Os instrumentos verdes correspondem a cerca de **61% (US\$ 30 bilhões)** do total, posicionando o Brasil como maior fonte de green bonds na América Latina. O texto enfatiza que o mercado brasileiro entra em fase de “maturidade e relevância global”, com alta taxa de alinhamento das novas emissões (93% em H1 2025) e crescente interesse de investidores em títulos de impacto. Essa notícia é ótima para questões que unam **Economia, Meio Ambiente e Finanças**, pois exemplifica a transição para um **modelo de financiamento sustentável**, com o Brasil como hub regional às vésperas da COP30 e permite discutir **green bonds, ESG, custo de capital e integração de riscos climáticos** nos mercados financeiros. Pode ser cobrada em perguntas sobre **economia política da transição**.

verde, papel do setor privado e instrumentos de mercado para atingir metas climáticas.

12 nov

“Brazil’s fiscal discipline crucial post-2026 election, warns Goldman Sachs”. Em entrevista à Reuters, o chefe de pesquisa macro para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, afirma que o Brasil terá de priorizar **disciplina fiscal** a partir de 2027, independentemente de quem vencer a eleição presidencial de 2026. O banco avalia que a combinação atual de aumento de receitas com expansão de gastos é insustentável e que seria necessário um **superávit primário superior a 2,5% do PIB** para estabilizar e reverter a trajetória da dívida pública. Segundo dados do Banco Central, a dívida bruta chegou a **78,1% do PIB em setembro de 2025**, e projeções do Tesouro indicam que ela pode atingir **84,2% do PIB em 2028** antes de recuar. O relatório menciona que o mercado tende a reagir positivamente a candidaturas comprometidas com políticas “sólidas”, e projeta início de cortes da Selic (então em 15%) em 2026, embora gastos eleitorais possam atrasar o ciclo. Essa notícia é excelente para questões que misturam **Economia + Política Internacional/Análise de Mercado**: traz a visão de um grande banco internacional sobre **risco fiscal brasileiro, prêmio de risco e confiança de investidores**, reforça a importância de metas críveis de resultado primário e a diferença entre **meta oficial** (próxima de zero ou pequeno superávit) e necessidade estimada pelo mercado (>2,5% do PIB), pode ser usada em itens sobre **interação entre política fiscal, taxa de juros, câmbio e percepção de risco**, bem como sobre a sensibilidade da economia brasileira a mudanças de governo e de orientação econômica.

12 nov

“Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em outubro de 2025” – Carta de Conjuntura (Ipea). Nota do Ipea estima que o governo central registrou **superávit primário de R\$ 37,1 bilhões em outubro de 2025**, com receita líquida de R\$ 229,4 bilhões (alta real de 4,7% ante outubro de 2024) e despesas de R\$ 192,4 bilhões (crescimento real de 9,1%). No acumulado do ano, porém, ainda há **déficit primário de R\$ 61,8 bilhões**, inferior ao déficit de R\$ 65,9 bilhões do mesmo período de 2024, indicando melhora gradual das contas públicas. É material clássico para questões numéricas e analíticas sobre: diferença entre **resultado primário mensal e acumulado**, interpretação de **dinâmica de receitas e despesas** à luz do novo arcabouço fiscal e debate sobre viabilidade das metas oficiais de resultado primário e necessidade de ajustes adicionais. Pode aparecer em itens que cruzem: **contabilidade fiscal (superávit/déficit primário)**, trajetória da dívida, reação de mercado e percepções de risco. Também conversa diretamente com a notícia a seguir, sobre preocupações de bancos de investimento com a sustentabilidade fiscal brasileira.

13 nov

“Brazil Macroeconomic Monitor – November 13, 2025”. O [**Brazil Macroeconomic Monitor**](#) de 13 de novembro traz um

quadro sintético da economia brasileira, incluindo projeções oficiais e expectativas de mercado para dívida pública, juros e outros indicadores. O documento destaca como principal novidade a criação do **Fundo Tropical Forest Forever Facility (TFFF)**, anunciada na COP30 no Brasil. O TFFF pretende mobilizar cerca de **R\$ 125 bilhões** (aproximadamente US\$ 25 bilhões de fontes públicas e US\$ 100 bilhões privadas) em financiamento de baixo risco, a ser reinvestido em projetos de maior retorno, com os lucros (spread) distribuídos entre países de floresta tropical, investidores e comunidades indígenas – estas podendo receber até 20%. O monitor também registra expectativas de mercado para 2025, como dívida bruta do governo geral acima de 80% do PIB e taxa Selic em torno de 15% ao fim do período, segundo pesquisa Focus de 7 de novembro. É um prato cheio para questões que cruzem **economia, meio ambiente e finanças internacionais**. O TFFF é exemplo concreto de mecanismo de financiamento climático ligado a **dívida, investimento e incentivos econômicos à conservação**. Aparece em possíveis questões sobre “finanças verdes”, “precificação de serviços ambientais” e papel do Brasil em iniciativas de financiamento global ligadas à COP30. Ao mesmo tempo, o monitor reforça a preocupação com **nível de juros elevado e endividamento público**, permitindo questões sobre sustentabilidade da dívida, prêmio de risco e custo de financiamento para o Estado brasileiro.

14 nov

“Cenário macroeconômico ao final de 2025 é próximo ao projetado pela SPE ainda no início do ano”. Secretaria de Política Econômica (SPE/MF) divulgou o Boletim Macroeconômico de novembro e um Panorama Macroeconômico atualizando as projeções para 2025. A estimativa de crescimento do PIB para 2025 foi levemente revista de 2,3% para 2,2%, com manutenção da projeção de 2,4% para 2026. O ajuste reflete desaceleração da indústria e dos serviços, parcialmente compensada pela agropecuária. A SPE enfatiza que o comportamento da economia – crescimento mais forte no 1º semestre e moderação no restante do ano – segue o cenário traçado pelo governo, ajudando a ancorar a inflação. O texto destaca a coordenação entre política fiscal mais restrita no início do ano e política monetária também contracionista para promover desaceleração “gradual, sem ruptura”, preservando o mercado de trabalho e reduzindo pressões inflacionárias. Essa matéria é central para questões de **conjuntura brasileira**: crescimento potencial, coordenação entre política fiscal e monetária e credibilidade de projeções oficiais versus mercado. Também dialoga com temas de **arcabouço fiscal**, expectativas de inflação, debate sobre “desaceleração controlada” e papel da agropecuária no PIB. Pode aparecer em perguntas que cruzem **Economia + Política Econômica Brasileira**, pedindo análise crítica da estratégia do governo de combinar ajuste fiscal parcial com juros elevados para conter inflação.

21 nov

“Falling stock markets and high shop prices hit US consumer confidence; rate cut hopes lift Wall Street – as it happened”. Cobertura ao vivo do *The Guardian* relata forte queda da **confiança**

do consumidor nos EUA em novembro, aproximando-se de mínimos históricos, diante de inflação ainda persistente, perda de renda real e impacto negativo da correção dos mercados acionários, especialmente entre famílias de renda mais alta. Apesar disso, declarações do presidente do Fed de Nova York sugerindo abertura a um **corte de juros em dezembro** impulsionaram a alta de cerca de 1,5% do índice S&P 500 no fim do pregão. O texto também menciona dados de **endividamento público acima do previsto no Reino Unido**, queda nas vendas do varejo britânico e aumento do teto de preços de energia. Por fim, destaca discurso da presidente do BCE, Christine Lagarde, afirmando que o modelo de crescimento europeu – fortemente baseado em exportações em um mundo globalizado – está adaptado a um “mundo que está desaparecendo”, sublinhando vulnerabilidades do bloco em meio à fragmentação do comércio internacional. Essa matéria permite várias conexões: **EUA:** ligação entre inflação persistente, confiança do consumidor, política monetária e desempenho de bolsas — útil para questões sobre canais de transmissão da política monetária e papel das expectativas. **Europa:** crítica explícita ao **modelo export-led europeu** numa conjuntura de reconfiguração do comércio global, o que dialoga com temas de **integração econômica, geoeconomia e fragmentação de cadeias de valor**. **Reino Unido:** problemas de finanças públicas e consumo em contexto de juros elevados. Para o CACD, é um excelente exemplo de como **choques de preços, política monetária e reconfiguração do comércio** afetam economias avançadas e, por tabela, os países emergentes.

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

10 nov

Cúpula CELAC-UE fecha com críticas veladas aos EUA e defesa do multilateralismo. A IV Cúpula CELAC–UE terminou com uma [declaração de 52 pontos](#), assinada por 58 países, defendendo o multilateralismo, a reforma do Conselho de Segurança da ONU, a centralidade da OMC no sistema de comércio internacional e a necessidade de reduzir “tensões comerciais” (indiretamente, as tarifas protecionistas de Donald Trump). O documento reafirma a América Latina e o Caribe como **“zona de paz”**, menciona as guerras na Ucrânia e em Gaza, fala em “eleições livres e transparentes” sem citar nominalmente Venezuela, e registra preocupação com a segurança marítima no Caribe diante de ataques dos EUA a supostas “narcolanchas”. Venezuela e Nicarágua se recusaram a assinar o texto. Esta notícia é central para temas de **integração latino-americana, ordem internacional e política externa brasileira**. Mostra: o papel da **CELAC como foro de concertação política** da região, inclusive em temas de segurança e comércio; a tentativa de articular uma **agenda birregional CELAC–UE** como alternativa à agenda unilateral dos EUA; a ideia de **América Latina e Caribe como “zona de paz”**, que tem histórico nas declarações da CELAC e

dialoga com o discurso brasileiro de solução pacífica de controvérsias; a dificuldade de construir consensos regionais (Venezuela e Nicarágua não assinam), o que pode aparecer em questões de PI e de segurança internacional.

11 nov

“Somos uma região de paz e queremos continuar assim”, diz Lula na IV Cúpula da CELAC-UE. Em seu discurso na sessão plenária da cúpula, Lula faz um **diagnóstico duro da integração latino-americana**, afirmando que a região voltou a ser “balcanizada e dividida, mais voltada para fora do que para si própria”. Defende a **retomada da integração regional**, critica o extremismo político, a manipulação de informação e o crime organizado, e reforça a América Latina como **região de paz**, condenando intervenções militares e violações do direito internacional. Na agenda econômica, Lula cobra avanços concretos, com destaque para o **acordo Mercosul-União Europeia**, que ele apresenta como instrumento de reconfiguração das cadeias produtivas e de superação do papel da região como mera fornecedora de matérias-primas. O discurso fornece material direto para questões sobre: **princípios da política externa brasileira** (não intervenção, solução pacífica de controvérsias, defesa do multilateralismo); a visão do governo Lula sobre a **crise da integração latino-americana** (referência explícita à “balcanização” da região); a **centralidade do Mercosul** e do acordo Mercosul-UE na estratégia de inserção internacional do Brasil; a articulação entre **segurança, crime organizado e cooperação regional** (com exemplos como o comando tripartite na Tríplice Fronteira e o centro de cooperação policial na Amazônia).

14 nov

Celac e UE condenam militarização dos EUA e reacendem defesa da Zona de Paz. A declaração conjunta da cúpula CELAC-UE **rejeita o uso da força no Hemisfério Sul**, reafirma a América Latina e o Caribe como **Zona de Paz** e faz referência direta à escalada militar dos EUA no Caribe. A matéria menciona também a reação da Venezuela, que valoriza o apoio da Rússia em fóruns parlamentares, e o fato de ataques norte-americanos já terem deixado ao menos 80 mortos, segundo dados da ONU. A ênfase é na dimensão política e simbólica da Zona de Paz como **instrumento de contestação ao intervencionismo**. Reforça temas importantes: **construção normativa da América Latina como “zona de paz”** (CELAC, UNASUL no passado, etc.); articulação entre **integração política regional e disputas geopolíticas globais** (EUA x Rússia); a dimensão de **segurança e defesa** dentro da integração latino-americana, frequentemente cobrada em PI e em segurança internacional.

20 nov

Peligra la cumbre del Mercosur en Brasil por una queja de Paraguay y las dudas de Milei. A reportagem mostra que a **cúpula de presidentes do Mercosul**, prevista para 20 de dezembro em Foz do Iguaçu – ocasião em que se anunciaria o acordo Mercosul-UE – entra em crise. O Paraguai reclama da mudança da data (originalmente 2 de dezembro) e propõe que a

assinatura seja feita em nível ministerial, enquanto a Argentina apoia essa posição. O Brasil argumenta que a nova data se alinha ao calendário da votação europeia sobre o acordo e permitiria a presença de líderes da UE, dando maior peso simbólico ao evento. Segundo a matéria, há resistência de Milei e Peña à “foto de Lula triunfante” como protagonista do acordo, revelando tensões políticas dentro do bloco. Posteriormente, reportagens brasileiras indicam que a cúpula pode ser adiada para 2026, com o Brasil mantendo a defesa de sediar a assinatura do acordo. Esse caso é excelente para discutir: **limites da integração latino-americana** mesmo em blocos avançados como o Mercosul; impacto de **mudanças ideológicas de governos** (Lula x Milei) na coesão do bloco; uso político de fóruns de integração (disputa por protagonismo, cálculo doméstico de cada governo); relação entre **institucionalidade regional** e decisões de política externa (nível ministerial vs cúpula de chefes de Estado).

24 nov

El presidente Lula anuncia que el acuerdo UE-Mercosur se firmará el 20 de diciembre en Brasil. Após a cúpula do G20 em Joanesburgo, Lula anuncia que o **acordo Mercosul–UE** será assinado em 20 de dezembro de 2025, em território brasileiro (Brasília ou Foz do Iguaçu). O pacto, negociado há cerca de 25 anos, criaria a maior área de livre-comércio do mundo em termos de população e PIB. Apesar de reservas de países como a França, que exige cláusulas de salvaguarda para sua agropecuária, Lula insiste em concluir a assinatura ainda sob a presidência brasileira do Mercosul e de um país europeu na UE, apresentando o acordo como marco de **integração econômica e inserção internacional da América do Sul**. Tema clássico de prova: **história e impasses do acordo Mercosul–UE**; tensões entre **integração regional, proteção ambiental e interesses agrícolas europeus**; papel do Brasil como **liderança regional** na negociação e tentativa de capitalizar politicamente a assinatura; relação entre integração latino-americana (via Mercosul) e redes mais amplas de comércio internacional.

28 nov

La votación de los países europeos sobre el Mercosur se espera del 16 al 19 de diciembre. A matéria explica que os Estados membros da União Europeia devem votar, entre 16 e 19 de dezembro de 2025, para autorizar a assinatura e futura ratificação do **acordo de associação UE–Mercosul**, sob fortes pressões de setores agrícolas europeus e de organizações ambientalistas. A Comissão Europeia busca a autorização antes da cúpula do Mercosul, para que a assinatura possa ser feita ainda em dezembro. O texto detalha as **condições ambientais**, as salvaguardas para agricultores europeus e o debate interno entre Estados membros quanto ao equilíbrio entre oportunidades comerciais e riscos políticos. Ajuda a conectar: a dimensão **intrarregional latino-americana** (Mercosul) com a **dimensão birregional** (UE–Mercosul); o papel de **normas ambientais e sociais** como condicionantes da integração econômica; o funcionamento da **policymaking europeia** (Comissão, Conselho,

parlamentos nacionais) – tema recorrente em PI quando se cruza UE e América Latina.

30 nov

América Latina toma partido ante a ameaça dos Estados Unidos à Venezuela. Reportagem analisa como a escalada militar dos EUA contra a Venezuela, com ataques a embarcações acusadas de narcotráfico no Caribe, está reconfigurando a diplomacia regional. Na cúpula CELAC–UE, o Caribe é definido como **“zona de paz”**, sem mencionar nominalmente os EUA, mas numa clara crítica à militarização. Brasil e Colômbia lideram a defesa de uma **“zona de segurança marítima”** baseada em solução política, enquanto países como Argentina, Equador e Paraguai evitam endossar o artigo para não confrontar Washington. O texto mostra que a região responde de forma fragmentada, guiada por interesses nacionais e alinhamentos distintos em relação aos EUA. A matéria é ótima para explorar: a **tensão entre integração regional e alinhamentos externos** (especialmente com os EUA); o conceito de **“zona de paz”** e sua função como instrumento diplomático; divergências entre Brasil, México, Colômbia e Argentina quanto à Venezuela e à presença militar norte-americana; a relação entre **segurança, soberania e integração latino-americana**, tema recorrente em PI e em segurança internacional na prova.

RELAÇÕES BILATERAIS

EUA

6 nov

“Mais 114 brasileiros retornam dos Estados Unidos em nova operação do programa Aqui é Brasil”. Ao longo de novembro, o governo brasileiro realizou várias operações de acolhimento a brasileiros deportados dos EUA, no âmbito do programa **“Aqui é Brasil”**, coordenado pelo MDHC em parceria com outros órgãos federais. Em 6/11, 114 brasileiros chegaram a Belo Horizonte em situação de vulnerabilidade. Em 12/11, 69 repatriados desembarcaram em Manaus, e em 19/11, outros 81 foram recebidos em Belo Horizonte, sempre em operações de deportação conduzidas pelo governo norte-americano, seguidas de ações de acolhida, atendimento social, psicológico e orientação para reintegração no Brasil. Excelente gancho para: **direitos humanos, migrações e política externa**: como o Brasil reage às deportações em massa e articula proteção consular e acolhimento interno; leitura crítica da política migratória dos EUA, com foco em **deportações, voos de repatriação**, uso de algemas e denúncias de maus-tratos (muito exploráveis em discursivas); interface entre **política doméstica brasileira (MDHC, políticas sociais)** e agenda bilateral com Washington.

10 nov

US announces ‘Southern Spear’ mission as forces deploy near South America. Em meados de novembro, o secretário de Defesa/“War” dos EUA, Pete Hegseth, anunciou a **Operation Southern Spear**, apresentada como missão para “remover narco-terroristas do nosso hemisfério” e intensificar esforços de combate

ao narcotráfico em todo o Hemisfério Ocidental. A operação envolve grande presença militar dos EUA no Caribe e no entorno da América do Sul – tropas, navios de guerra, inclusive porta-aviões, e meios aéreos –, e já teria resultado em dezenas de mortes em ataques contra alvos vinculados ao narcotráfico. Alguns países, como Trinidad e Tobago, apoiam as ações sob o argumento do combate às drogas, enquanto outros, notadamente a Venezuela, acusam Washington de violar sua soberania e elevar a tensão regional. Tema muito explorável em: **segurança hemisférica, narcotráfico e terrorismo**; uso da **força e da projeção militar dos EUA** na América Latina, com discussão de soberania, intervenção e direito internacional; posição provável do Brasil, tradicionalmente defensora de soluções **multilaterais** e da não-intervenção, frente a operações unilaterais no entorno regional.

12 nov

“Câmara dos EUA votará nesta quarta (12) acordo para encerrar shutdown”. Após **43 dias de paralisação** parcial do governo federal dos EUA – o mais longo “shutdown” já registrado –, a Câmara dos Representantes se preparou, em 12/11, para votar um pacote de financiamento provisório visando reabrir o governo, retomar programas de assistência alimentar, pagar centenas de milhares de servidores e normalizar o sistema de controle de tráfego aéreo. A matéria destaca a estreita maioria republicana (219–213) e o impasse entre a Casa Branca e o Congresso em torno de prioridades orçamentárias e da agenda de cortes de gastos. Ponto clássico para: funcionamento das **instituições políticas dos EUA** (separação de poderes, orçamento, papel da Câmara e do Senado); impacto econômico e social de um shutdown prolongado; fortalecimento de temas como **polarização política**, governabilidade e uso do orçamento como instrumento de pressão na relação Executivo–Legislativo.

13 nov

“Brasil espera fechar acordo comercial provisório com EUA em breve, diz Mauro Vieira”. Após reunião em Washington com o secretário de Estado Marco Rubio, o chanceler Mauro Vieira afirmou que Brasil e EUA trabalham para fechar um **acordo comercial provisório** ainda em novembro ou início de dezembro, como etapa intermediária para um acordo definitivo em dois ou três meses. Esse acordo buscaria resolver disputas referentes às tarifas unilaterais adotadas por Washington contra produtos brasileiros. Vieira indicou que os EUA deveriam responder à proposta brasileira “até a próxima semana” e que há percepção de melhora nas relações bilaterais depois de meses de tensão. Serve de base para questões sobre: **instrumentos de política comercial** (acordos provisórios, “roadmaps” de negociação, fases de um acordo); o papel da **diplomacia presidencial** e da **diplomacia de cúpula** (Lula–Trump) complementada pela diplomacia ministerial; como crises tarifárias podem ser enquadradas como **“crise diplomática”** mais ampla, com impacto em visados, sanções e percepção pública.

15 nov

“Alckmin diz que a nova ordem executiva dos EUA está na direção correta e destaca continuidade das negociações”. O

vice-presidente e ministro do MDIC, Geraldo Alckmin, comentou a ordem executiva anterior dos EUA (que havia retirado a **tarifa adicional de 10%** para produtos relevantes da pauta brasileira, como café, carne, sucos de frutas e algumas frutas in natura). Ele destacou que o **suco de laranja**, 9º item da pauta exportadora para os EUA, passa a ficar sem tarifa adicional, e que a fatia de exportações brasileiras sem tarifa extra sobe de 23% para 26%. Alckmin vinculou o avanço às conversas de Lula com Trump na Malásia e ao encontro do chanceler Mauro Vieira com o secretário de Estado Marco Rubio, ressaltando que o Brasil continuará pressionando especialmente pela redução da tarifa de 40% sobre o café. A matéria ilustra: **diplomacia econômica** na prática (uso de cúpulas e encontros bilaterais como o G7 e reuniões à margem em Kuala Lumpur); combinação de **pressão política** (Lula–Trump) e **negociação técnica** (Vieira–Rubio) em disputas comerciais; importância do setor de **agronegócio e sucos cítricos** na balança Brasil–EUA. É um ótimo exemplo de como o Brasil tenta **converter conflito tarifário em negociação de médio prazo**, algo que pode aparecer em questões de Política Externa Brasileira (PEB) e de Economia Internacional.

20 nov

“Modifying the Scope of Tariffs on the Government of Brazil”. O presidente Donald Trump assinou, em 20/11, uma nova ordem executiva que altera a EO 14323, de julho, reduzindo o escopo das tarifas adicionais de 40% aplicadas a produtos brasileiros. A medida, com efeito retroativo a 13/11, retira da tarifa de 40% diversos itens do agronegócio – café, carnes, preparações à base de carne, sucos, cacau, gorduras animais e frutas – que já haviam sido, em grande parte, excluídos também da tarifa geral de 10% aplicada a todos os países. Segundo o MDIC, com base nos dados de 2024, cerca de **36% das exportações brasileiras aos EUA** passam a ficar livres de tarifas adicionais; o comércio sujeito à tarifa exclusiva de 40% cai de US\$ 14,1 bilhões para US\$ 8,9 bilhões (22% das exportações), enquanto cresce a fatia que não enfrenta qualquer adicional. O tema cruza **comércio internacional, tarifas e salvaguardas, pauta exportadora brasileira e relações Brasil–EUA**. É um caso ótimo para questões sobre: uso de **IEEPA** e poderes presidenciais para declarar “emergência” e aplicar tarifas; impacto de medidas unilaterais sobre países em desenvolvimento; resposta negociada do Brasil e o papel de MDIC/MRE; importância do agronegócio brasileiro no comércio bilateral (café, carne, suco de laranja).

25 nov

“Relação entre EUA e Brasil tem muitas diferenças a resolver, diz cônsul em SP”. Em entrevista à *Exame*, o cônsul-geral dos EUA em São Paulo, Kevin Murakami, afirmou que as relações Brasil–EUA ainda têm “muitas diferenças a resolver” – comerciais, regulatórias e políticas –, mas considerou o cenário positivo. Ele destacou o interesse dos EUA em **atrair mais investimentos brasileiros** e mencionou oportunidades em setores como inovação, energia e economia verde. Também abordou temas sensíveis na agenda bilateral, como **tarifas, meio ambiente e**

trabalho, afirmando que o diálogo permanece aberto apesar da crise tarifária. A fala do cônsul ajuda a compor a visão norte-americana sobre a relação bilateral: mostra o quanto **comércio, investimento e temas regulatórios** são centrais na agenda; reforça a ideia de uma relação **complexa e multifacetada**, com convergências (investimentos, transição energética) e conflitos (tarifas, sanções, direitos humanos); oferece material para questões de **Política Internacional** sobre a posição dos EUA perante potências médias e emergentes.

PAÍSES DA AMÉRICA CENTRAL E DA AMÉRICA DO SUL

5 nov

Lula tem reunião bilateral com a presidenta do Suriname, Jennifer Geerlings-Simons. Lula recebeu, em Belém, a presidenta do Suriname, que manifestou interesse em aprofundar cooperação com o Brasil em **políticas sociais**, inspiradas no Bolsa Família, e em **agricultura**, com apoio técnico da Embrapa. O presidente brasileiro, por sua vez, destacou a disposição de ampliar a **interconexão viária e elétrica** entre os dois países, enfatizando a importância de preservar a **América do Sul como zona de paz** e de promover desenvolvimento sustentável. Lula também designou Simone Tebet para representar o Brasil nas comemorações dos 50 anos de independência do Suriname e convidou a presidenta para visita de trabalho ao Brasil até fevereiro de 2026. Mostra **aprofundamento de vínculos com um vizinho amazônico pouco lembrado**, mas estratégico (energia, infraestrutura, Amazônia). Reflete a retórica recorrente do governo brasileiro de “**América do Sul como região de paz**”, tema frequente em questões de PI. A interconexão viária/energética e a exportação de políticas sociais (Bolsa Família) ilustram **instrumentos concretos de soft power e integração física regional**, úteis em perguntas sobre política regional para o Norte da América do Sul.

5 nov

No Museu Goeldi, Lula recebe líderes de sete países para reuniões bilaterais. Como parte dos preparativos da **COP30 em Belém**, Lula realizou uma série de reuniões bilaterais no Museu Goeldi. Entre elas, constam encontros com a presidenta do **Suriname** e com a presidenta de **Honduras, Xiomara Castro**, além de líderes de Comores, Finlândia, Papua-Nova Guiné, China e da Comissão Europeia. O texto enfatiza que essas reuniões se inserem na estratégia brasileira de apresentar o **Fundo Florestas Tropicais para Sempre** e de articular compromissos para o financiamento de projetos em países detentores de florestas tropicais. Coloca **Honduras (América Central)** no radar da política externa brasileira, em contexto de **diplomacia climática** e florestal. Ilustra o uso da COP30 como plataforma para uma **agenda Sul-Sul ampliada**, em que o Brasil dialoga com países amazônicos, africanos, asiáticos e centro-americanos sobre florestas e clima. Ajuda a responder questões sobre **como o Brasil projeta liderança ambiental** e constrói coalizões com países de renda média e baixa em torno de florestas tropicais.

12 nov

Suspensão dos efeitos da denúncia do Entendimento Automotivo Bilateral Brasil-Colômbia. Em comunicado conjunto, Brasil e Colômbia formalizaram, no âmbito da **ALADI**, a suspensão por um ano dos efeitos da denúncia do **Entendimento Automotivo Bilateral**, firmado no marco do Acordo de Complementação Econômica nº 72 (ACE-72). Ou seja, os países recuam, temporariamente, de um processo de “desmontagem” do regime preferencial automotivo, mantendo em vigor, por mais tempo, as regras especiais de comércio de veículos e autopeças. Excelente exemplo de **gestão de conflitos comerciais intrarregionais** sem ruptura, via ALADI. Mostra o peso do **setor automotivo** nas relações Brasil-Colômbia, relevante em questões sobre comércio intralatino-americano, cadeias produtivas e integração produtiva. Permite discutir o papel de **acordos setoriais** e mecanismos de solução negociada em tensões comerciais dentro da América do Sul.

18 nov

Estudo da EPE propõe conversora VSC para a interligação energética Brasil-Bolívia. Notícia da EPE informa a publicação de estudo que propõe o uso de tecnologia de **conversora VSC** (conversor de fonte de tensão) para viabilizar a **interligação energética Brasil-Bolívia**. O estudo se insere em um conjunto de análises de expansão da transmissão no país, indicando opções técnicas para conectar sistemas elétricos dos dois países de forma mais eficiente e estável. Reforça a importância da **integração energética** com vizinhos andinos, em especial a Bolívia, tradicional parceira em gás natural. Ajuda a fundamentar respostas sobre **infraestrutura regional, segurança energética** e interdependência na América do Sul. Pode ser articulado com temas de **planejamento energético**, hidrelétricas amazônicas e alternativas a combustíveis fósseis.

18 nov

Brasil lidera compromisso global histórico e anuncia a regularização e proteção de 63 milhões de hectares de terras indígenas e quilombolas até 2030. Na **COP30**, em Belém, o Brasil anunciou meta de **regularizar e proteger 63 milhões de hectares** de terras indígenas e quilombolas até 2030, dentro do **Compromisso Intergovernamental sobre Posse da Terra**, que fixa meta global de 160 milhões de hectares. O compromisso é liderado por Brasil, Noruega e Peru e conta com a participação de diversos países, incluindo **Colômbia e Costa Rica**, entre outros. O texto destaca que esses países são reconhecidos por atores regionais como lideranças na agenda de florestas e direitos territoriais, e que o compromisso é acompanhado do **Pledge 2.0**, promessa de US\$ 1,8 bilhão em apoio financeiro entre 2026 e 2030. Conecta **política climática, direitos humanos, povos indígenas e financiamento internacional**, tema transversal em PI, DH e meio ambiente. Coloca **Colômbia e Costa Rica** como parceiros centrais do Brasil na agenda florestal, o que pode aparecer em questões sobre **liderança regional em clima e florestas tropicais**. Serve para discutir a **COP30 em Belém** como palco de diplomacia ambiental sul-americana e mesoamericana (com presença da Costa Rica).

24 nov

Brasil e Argentina fortalecem cooperação espacial na missão SABIA-Mar. Especialistas da AEB e do INPE participaram, em Buenos Aires, do [Workshop de Aplicações Conjuntas do SABIA-Mar](#), missão espacial binacional Brasil–Argentina. O projeto integra dois satélites complementares, voltados para o **monitoramento ambiental e oceânico**, com aplicações em qualidade da água, agricultura, uso da terra, pesca e previsão climática. O encontro tratou de cronogramas de lançamento, calibração/confiabilidade de dados e integração com plataformas como o **Brazil Data Cube**, consolidando Brasil e Argentina como protagonistas na área espacial latino-americana. Exemplo de **cooperação científico-tecnológica intra-Mercosul**, com foco em meio ambiente e uso do espaço. Serve para mostrar que a relação Brasil–Argentina não se limita a comércio e energia; inclui **agenda de alta tecnologia** com impacto em políticas públicas. Útil para questões sobre **capacidade tecnológica regional**, monitoramento ambiental e a dimensão estratégica do Atlântico Sul.

26 nov

Brasil tem três novos projetos aprovados pelo Fundo Verde do Clima, somando mais de US\$ 170 milhões. O Conselho do **Fundo Verde do Clima (GCF)** aprovou três novas propostas para o Brasil, que somam mais de **US\$ 170 milhões** em financiamento, com quase **US\$ 600 milhões em cofinanciamento**. Um dos projetos, o **Programa Amazônia Viva**, é regional e tem escopo em **Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Suriname**, buscando fortalecer a resiliência climática no bioma amazônico por meio de manejo florestal sustentável, segurança fundiária e apoio a atividades produtivas de baixa emissão. O programa prevê redução de emissões e benefícios diretos para milhões de pessoas na região. Liga **meio ambiente, clima, financiamento internacional e integração amazônica** – combinação muito cobrada em PI/HB/GEO. Destaca a Amazônia como **espaço de cooperação entre vários países sul-americanos**, com o Brasil em papel de liderança. Pode ser usado em perguntas sobre **financiamento climático**, mecanismos multilaterais (GCF) e a articulação entre políticas ambientais nacionais e cooperação regional.

27 nov

San Ignacio de Velasco sedia Cúpula Binacional contra o Tráfico de Pessoas e Migrantes Irregulares, Prefeitura de Cáceres participa. A cidade boliviana de **San Ignacio de Velasco** recebeu, nos dias 27 e 28 de novembro, a **Cúpula Binacional Contra o Tráfico de Pessoas e Tráficos Ilícitos de Migrantes**, com participação de autoridades brasileiras (incluindo a prefeitura de Cáceres, em Mato Grosso). O encontro, sob o lema “Quebrando Correntes”, reforçou o **compromisso conjunto Brasil–Bolívia** no combate ao crime transnacional, na proteção das vítimas e no fortalecimento de ações de segurança nas áreas de fronteira. Traz a dimensão **fronteiriça** da relação Brasil–Bolívia, frequentemente explorada em PI e Segurança Internacional. Envolve temas clássicos de prova: **migrações, tráfico de pessoas,**

crime organizado e cooperação policial transnacional. É bom exemplo de como **governos locais e instâncias subnacionais** se articulam em agendas de segurança com impacto direto em relações bilaterais.

PAÍSES AFRICANOS

11 nov

Angola 50 anos: um espelho para o Brasil. Artigo da Fundação Palmares marca o cinquentenário da independência de Angola, celebrado em 11 de novembro de 2025, como um evento simbólico que “ultrapassa fronteiras”. O texto destaca os laços históricos entre Brasil e Angola, ancorados na língua comum e em experiências de exploração, resistência e reconstrução, além de enfatizar a presença da diáspora e a dimensão afro-brasileira dessa relação. Excelente gancho para questões de **História do Brasil + Política Internacional**, ligando escravidão, diáspora africana e relações contemporâneas com Angola. Reflete o uso de **soft power cultural** e memória histórica como componente da política externa brasileira para a África. Pode aparecer em itens que cobrem **lusofonia, CPLP, ZOPACAS** e o papel de Angola como parceiro estratégico no Atlântico Sul.

19 nov

G20 em Joanesburgo (África do Sul): minerais críticos, IA e transição energética. Na Cúpula do G20 em Joanesburgo, sob presidência sul-africana, o Brasil atuou na negociação de um texto sobre **minerais críticos**, defendendo que sua exploração esteja vinculada à industrialização local e à agregação de valor nos países detentores desses recursos. Lula também enfatizou a necessidade de governança soberana sobre minerais estratégicos e sobre o uso de **inteligência artificial**, além de destacar transição energética justa, crescimento inclusivo e trabalho decente. O Itamaraty sublinhou que a pauta de minerais críticos é central para países como Brasil e diversos Estados africanos ricos em reservas. Crucial para articular **G20, África do Sul e agenda de minerais críticos** (terras raras, lítio, etc.), conectando Política Internacional, Economia e Meio Ambiente. Reforça o discurso brasileiro em favor de **industrialização no Sul Global** e contra a mera exportação de commodities. Mostra a convergência de interesses entre Brasil e países africanos na defesa de **soberania sobre recursos naturais** e regulação de novas tecnologias.

23 nov

Brasil e Moçambique: missão presidencial e agenda de desenvolvimento rural. O Itamaraty anunciou a viagem de Lula a Maputo em 24/11, vinculada à sua passagem pela África do Sul para a Cúpula do G20. O briefing oficial realça que a visita coincide com os 50 anos da independência moçambicana e enfatiza um plano conjunto de cooperação técnica, especialmente em agricultura, combate à fome e desenvolvimento sustentável. Também são previstos encontros com autoridades locais e atividades públicas, consolidando o simbolismo político da presença brasileira no país. Contextualiza a **diplomacia**

presidencial na África em torno de marcos históricos (50 anos de independência) e da agenda de desenvolvimento. Mostra a articulação entre cúpulas multilaterais (G20 na África do Sul) e **visitas bilaterais na região**, reforçando o “círculo africano” da agenda externa. Dialoga com temas como **memória anticolonial**, CPLP e presença brasileira no eixo Atlântico Sul.

24 nov

Brasil e Moçambique assinam nove acordos para fortalecer o país africano. Em visita oficial a Maputo, o presidente Lula e o presidente moçambicano Daniel Chapo assinaram nove acordos de cooperação em áreas como desenvolvimento, saúde, educação, aviação civil, pesquisa e capacitação diplomática. A cobertura destaca a intenção de Lula de retomar o uso do BNDES para financiar empresas brasileiras no exterior, inclusive em projetos em Moçambique. A visita inclui agenda acadêmica (título de doutor honoris causa concedido a Lula por universidade moçambicana) e fórum empresarial Brasil–Moçambique. Atualiza o debate sobre o **BNDES como instrumento de internacionalização de empresas brasileiras** e de inserção econômica na África. Mostra como o Brasil combina **diplomacia presidencial, cooperação acadêmica e empresarial** na relação com países africanos lusófonos. Importante para questões sobre a **prioridade africana** da política externa brasileira e sobre a dimensão econômica da cooperação Sul–Sul.

28 nov

Brasil e Moçambique reforçam cooperação em agricultura familiar e segurança alimentar. Durante a missão presidencial a Maputo (23–24/11), Brasil e Moçambique reafirmaram a “nova fase” da parceria bilateral, com forte ênfase na agricultura familiar. O comunicado conjunto destacou compromissos em agricultura, soberania e segurança alimentar e nutricional, fortalecimento institucional, saúde, energia e desenvolvimento sustentável. A visita é apresentada como base para um novo ciclo de ações robustas em inovação, combate à fome, desenvolvimento territorial e pesquisa agropecuária. Reforça a **cooperação Sul–Sul brasileira na África**, com foco em políticas sociais (fome, agricultura familiar), área muito citada em provas de PI. Moçambique é tradicional parceiro da cooperação técnica brasileira (Embrapa, Fome Zero, etc.); a notícia atualiza esse eixo. Conecta política externa a **segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e energia**, temas transversais cobrados em PI, ECO e meio ambiente.

28 nov

Angola: congresso da UNITA e apelos à alternância democrática. A UNITA (principal partido de oposição angolana) abriu em Luanda seu XIV Congresso Ordinário, destinado a escolher um novo líder. O encontro, noticiado em 28/11, é descrito como marcado por ambiente festivo e por apelos à união e à alternância democrática. O congresso ocorre em contexto de críticas à hegemonia do MPLA e de debates sobre reformas políticas e transparência eleitoral. Atualiza o quadro político interno de um país central para a **política africana do Brasil**. Relevante para questões sobre **democratização pós-guerra civil**

em Angola, papel da oposição e desafios de alternância de poder. Permite relacionar democracia, estabilidade política e cooperação com o Brasil em áreas estratégicas (energia, reconstrução, defesa).

28 nov

África do Sul: filha de Jacob Zuma renuncia após escândalo envolvendo envio de sul-africanos à guerra na Ucrânia. Duduzile Zuma-Sambudla, filha do ex-presidente Jacob Zuma, renunciou ao mandato de deputada após acusações de ter enganado 17 sul-africanos para integrarem o Exército russo na guerra na Ucrânia, sob a promessa de treinamento de segurança para o partido MK, liderado por Zuma. Ela alega ter sido vítima de engano e diz estar colaborando com a polícia. O governo Ramaphosa investiga o caso e busca repatriar os cidadãos envolvidos. Conecta **política doméstica sul-africana, guerra na Ucrânia e alinhamentos internacionais**, tema recorrente desde 2022. Ilustra debates sobre **neutralidade africana**, influência russa no continente e a atuação de grupos paramilitares/mercenários. Pode ser explorado em questões sobre **direito internacional (combatentes estrangeiros, mercenarismo)** e sobre a imagem da África do Sul no cenário global.

30 nov

África do Sul x EUA: disputa sobre o G20 e acusações de Trump. O presidente sul-africano Cyril Ramaphosa rejeitou ameaça do presidente dos EUA, Donald Trump, de excluir a África do Sul da Cúpula do G20 de 2026, após o boicote norte-americano ao encontro de Joanesburgo (22–23/11). Trump voltou a alegar, sem base, que o governo de maioria negra estaria promovendo “genocídio de africanos” e confiscos de terras de brancos. Ramaphosa classificou as acusações como “desinformação flagrante” e reafirmou que a África do Sul é membro fundador e continuará “plena e construtivamente” no G20, ressaltando as relações econômicas com a sociedade e as empresas norte-americanas. Importante para entender a **política externa da África do Sul**, suas tensões com potências ocidentais e sua atuação como anfitriã do G20. Dialoga com temas de **racismo, desinformação e narrativas sobre reforma agrária**, que já apareceram em itens de Política Internacional/História Mundial. Ajuda a situar a África do Sul no eixo **BRICS–G20–relações com EUA**, essencial para mapear o ambiente internacional em que o Brasil atua.

PAÍSES ASIÁTICOS

3 - 7 nov

Indústria quer inclusão de empresas no diálogo com Índia para fechar acordo. Em novembro, ganhou força a negociação para ampliar o **Acordo de Preferências Tarifárias Mercosul–Índia**, em vigor desde 2009. O debate envolve a inclusão de novos produtos industriais e agrícolas, bem como a redução adicional de tarifas sobre itens já contemplados. O Brasil, em coordenação com a indústria nacional, busca garantir acesso ampliado para manufaturas e ao mesmo tempo proteger setores sensíveis; a Índia,

por sua vez, tenta preservar margem de manobra em áreas estratégicas, como farmacêuticos e tecnologia da informação. O tema foi tratado em reuniões técnicas e políticas, com expectativa de anúncio de avanços em 2026. Atualiza o aluno sobre a **agenda econômica do Mercosul com economias asiáticas emergentes**, especialmente a Índia. Permite discutir **acordos de preferência x acordos de livre comércio**, padrão de inserção internacional do Brasil e a diversificação de parceiros para além de EUA/UE. Útil para **PI e ECO**, sobretudo em temas de comércio Sul–Sul, integração produtiva e disputas tarifárias.

4 nov

Law Must Replace Force in South China Sea, Demands International Forum. Em fórum internacional realizado em Da Nang (Vietnã), juristas e especialistas em segurança defenderam que o **direito internacional do mar, em especial a Convenção da ONU sobre o Direito do Mar (UNCLOS)**, deve prevalecer sobre o uso da força no **Mar do Sul da China**. O encontro denunciou incidentes recentes entre embarcações chinesas e filipinas e incentivou países da ASEAN a buscar um Código de Conduta efetivo para a área. Atualiza um tema clássico de **segurança marítima na Ásia-Pacífico**, com forte carga de direito internacional e disputas territoriais. Pode aparecer em **PI, HM contemporânea e até DIR (direito do mar, UNCLOS, arbitragem filipina de 2016)**, como contexto para discutir a projeção naval chinesa e o papel dos EUA na região.

7 nov

China reforça aliança ambiental com Brasil em Belém, mas não garante aporte ao TFFF. Durante a COP30 em Belém, o vice-primeiro-ministro Ding Xuexiang chefiou uma delegação de mais de 300 representantes chineses. Em reuniões com Lula, reforçou-se o “bom momento” das relações Brasil–China, com discurso fortemente alinhado em favor do multilateralismo e da agenda climática. Os chineses destacaram o papel de liderança em energias limpas (painéis solares, veículos elétricos, turbinas eólicas) e sinalizaram interesse em aproximar-se mais do Mercosul e em realizar, em 2026, a 8ª reunião da COSBAN no Brasil. Contudo, Pequim não confirmou, até o fim de novembro, se aportaria recursos ao **Tropical Forest Forever Facility (TFFF)**, fundo florestal proposto pelo Brasil como grande vitrine de sua presidência da COP. Ilustra o **eixo estratégico Brasil–China: clima, energia limpa, Amazônia e coordenação em fóruns multilaterais**. Mostra a tensão entre o discurso de liderança climática da China e a recusa em assumir status de “país desenvolvido” nas negociações (responsabilidades comuns, porém diferenciadas). É excelente gancho para questões de **PI (diplomacia climática, BRICS, G20, governança global) e GEO/ECO (transição energética, investimentos chineses)**.

13 nov

North Korea launches a short-range ballistic missile toward the East Sea. A Coreia do Norte lançou um **míssil balístico de curto alcance** em direção ao mar do Leste (mar do Japão), em mais um teste que viola resoluções do Conselho de Segurança da ONU. O projétil percorreu algumas centenas de quilômetros antes de cair

no mar, elevando tensões com Coreia do Sul, Japão e EUA. O lançamento foi lido como recado político em meio a exercícios militares conjuntos entre EUA e aliados na região. Mantém vivo um dos **eixos clássicos de segurança internacional na Ásia**: programa nuclear e de mísseis da Coreia do Norte. Serve de base para questões de **PI (regimes de não proliferação, Conselho de Segurança, alianças EUA–Japão–Coreia do Sul)** e de **HM contemporânea (pós-Guerra Fria e segurança no Nordeste Asiático)**.

15 nov

China finds bigger role as US sidesteps Brazil climate summit. Matéria da Reuters descreve como, na COP30 em Belém, a **ausência de uma delegação de alto nível dos EUA** abriu espaço para que a China assumisse papel mais visível na diplomacia climática. O pavilhão chinês dominou a área principal, com forte presença de empresas de energia limpa (baterias, painéis solares, veículos elétricos) e discursos enfatizando liderança tecnológica e apoio ao Sul Global. Diplomatas relataram que a China atuou “nos bastidores” para viabilizar a agenda da COP e o acordo final, embora especialistas questionem se o país está disposto a assumir metas mais ambiciosas de redução de emissões. Reforça a ideia de **reconfiguração do equilíbrio de poder na governança climática**, com deslocamento parcial da influência norte-americana e ganho de espaço para a China – em conferência sediada no Brasil. Ótimo gancho para questões que cruzem **PI (balanço de poder, governança global, BRICS), ECO (indústria de renováveis, cadeias produtivas) e GEO (infraestrutura e matriz energética)**. Ajuda a discutir a posição do Brasil entre grandes emissores e grandes provedores de soluções climáticas, mediando interesses entre China, UE, Índia e petrostados.

19 nov

Delegação japonesa visita Central Nuclear após assinatura de acordo de cooperação com o Brasil. Uma delegação do **Japan Atomic Industrial Forum (JAIF)** visitou a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (Angra 2) e o Observatório Nuclear, em Angra dos Reis. A visita ocorreu poucos dias após a assinatura de um **Memorando de Entendimento entre a Abdan (Associação Brasileira para Desenvolvimento de Atividades Nucleares) e a JAIF**, que inaugura nova fase de cooperação Brasil–Japão em tecnologia nuclear, capacitação, segurança operacional e integração de cadeias industriais. A delegação elogiou a operação de Angra 2 e enfatizou o interesse japonês na conclusão de Angra 3, vendo o projeto como fator de dinamização da indústria nuclear brasileira. Mostra um **vetor menos visível da relação Brasil–Japão**, para além de imigração e comércio: cooperação em energia nuclear civil. É um exemplo concreto de **cooperação técnica e industrial de alta complexidade**, tema muito explorado em PI e GEO (matriz energética, transição, segurança nuclear) e também em ECO (investimentos e cadeias híbridas Brasil–Ásia). Pode aparecer associado a perguntas sobre **diversificação da matriz energética brasileira** e sobre como parcerias tecnológicas se articulam com compromissos climáticos assumidos em COP30.

26 nov

Brasil e Coreia do Sul estreitam cooperação técnica para inovação em defensivos. Notícia do MAPA relata que Brasil e Coreia do Sul aprofundaram a **cooperação técnica em inovação de defensivos agrícolas**, em missão brasileira ao país asiático. O foco foi a troca de informações regulatórias e tecnológicas para desenvolver produtos mais eficazes e ambientalmente sustentáveis. A parceria envolve órgãos reguladores e centros de pesquisa dos dois países, e se insere na agenda mais ampla de modernização da defesa agropecuária brasileira, inclusive em diálogo com negociações comerciais e exigências sanitárias de mercados asiáticos. Ilustra como a política externa brasileira se articula ao **agro brasileiro**, eixo crítico na pauta externa (sanidade, barreiras não tarifárias, abertura de mercados). Mostra a Coreia do Sul como **parceiro relevante em inovação tecnológica**, indo além da imagem de “comprador de commodities”. Importante para **PI, GEO e ECO**, ao conectar ciência, comércio agrícola, regulação e sustentabilidade – temas muito cobrados em primeira fase.

PAÍSES EUROPEUS E UNIÃO EUROPEIA

6 nov

D-BR Delegation meeting of 6 November 2025. A **Delegação do Parlamento Europeu para relações com o Brasil (D-BR)** realizou reunião em Bruxelas, com pauta centrada em dois temas: (i) comparação entre políticas de **proteção civil e resposta a desastres** na UE e no Brasil; (ii) debate “**From Paris to Belém**” sobre expectativas para a **COP30**, a ser realizada em Belém (PA). A reunião examinou mecanismos europeus e brasileiros de gestão de emergências e a convergência de posições em negociações climáticas. Relevante para entender a dimensão **parlamentar e societária** da relação UE–Brasil, além da diplomacia executiva. Também conecta **mudança do clima, desastres ambientais e políticas de adaptação**, temas crescentemente presentes em provas de PI, meio ambiente e direitos humanos.

6 - 7 nov

Congresso Brasil-Alemanha de Inovação e Sustentabilidade 2025: International Trends for a Net Zero and Climate-Resilient Future. O **13º Congresso Brasil–Alemanha de Inovação e Sustentabilidade**, organizado em São Paulo por instituições alemãs (como o DWIH São Paulo) e parceiras brasileiras, reuniu empresas, universidades e autoridades dos dois países para debater transição verde, energias renováveis, digitalização, saúde e inovação. O evento enfatizou oportunidades de startups, cooperação universidade–empresa e projetos conjuntos em tecnologias limpas. Reforça a ideia de que a relação Brasil–Alemanha é **estratégica em ciência, tecnologia e inovação (CT&I)**, não apenas em comércio tradicional. É um bom exemplo de **diplomacia científica** e pode ser utilizado em respostas sobre **cooperação tecnológica, transição energética e inserção do Brasil na economia do conhecimento**.

7 nov

Joint Statement: XIII High Level Dialogue on Human Rights between the European Union and Brazil. O XIII Diálogo de Alto Nível em Direitos Humanos UE–Brasil ocorreu em Bruxelas, copresidido pela Representante Especial da UE para Direitos Humanos, Kajsa Ollongren, e pelo secretário Carlos Márcio Cozendey. As partes discutiram uma ampla agenda: proteção de defensores de direitos humanos; igualdade de gênero e direitos das mulheres; direitos de povos indígenas, migrantes e refugiados; combate ao racismo e ao discurso de ódio; direitos LGBTQ+; liberdade de expressão e proteção de processos democráticos (inclusive no ambiente digital); vínculo entre direitos humanos e meio ambiente, com menção ao processo brasileiro para ratificar o Acordo de Escazú. Também alinharam posições para o Conselho de Direitos Humanos da ONU e para a Terceira Comissão da Assembleia Geral. Mostra a **densidade normativa** da parceria estratégica UE–Brasil e como direitos humanos, democracia digital, combate ao racismo e proteção ambiental se entrelaçam na agenda bilateral e multilateral. É excelente matéria-prima para questões de **PI, DH, meio ambiente, governança global** e para redações sobre “valores compartilhados” e papel do Brasil em regimes de direitos humanos.

19 nov

Comitê europeu para a proteção de dados dá parecer positivo para livre fluxo de dados entre Brasil e União Europeia. Artigo especializado relata que o **Comitê Europeu para a Proteção de Dados (EDPB)** deu parecer positivo ao projeto de decisão de adequação do Brasil ao **GDPR**, reconhecendo que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) oferece nível de proteção considerado equivalente pelo padrão europeu. O parecer destaca alinhamento da LGPD à jurisprudência do Tribunal de Justiça da UE, mas pede esclarecimentos sobre relatórios de impacto, segredos de negócio e atuação da ANPD, especialmente na fiscalização de órgãos públicos. A decisão final ainda dependerá da Comissão Europeia e dos Estados-membros, sendo esperada para 2026. Tema central para **economia digital e comércio internacional**: um eventual **status de “adequação”** reduziria barreiras ao fluxo transatlântico de dados, facilitando serviços digitais, fintechs e cooperação em segurança cibernética. É um bom exemplo de **“poder normativo” da UE** e de como o Brasil ajusta sua regulação para se integrar a cadeias globais de valor intensivas em dados.

19 - 21 nov

Mapa fortalece parceria com Alemanha para apoiar produtores da Amazônia Legal. O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) realizou missão a Frankfurt para reuniões com o banco de desenvolvimento alemão **KfW** e a agência de cooperação **GIZ**, visando fortalecer projetos de apoio a pequenos produtores na **Amazônia Legal**. A agenda tratou da ampliação de linhas de crédito e cooperação técnica para agricultura de baixo carbono, recuperação de áreas degradadas e inclusão de pequenos agricultores em cadeias sustentáveis, com foco na redução do desmatamento. Aponta a **dimensão ambiental e de desenvolvimento** na relação Brasil–Alemanha, conectando financiamento climático, agricultura sustentável e Amazônia. É útil

para articular, em prova, como a política externa brasileira combina **cooperação para o desenvolvimento** com interesses estratégicos em **mudança do clima, comércio agroexportador e imagem internacional**.

22 nov

EU will not oppose proposed COP30 deal, sources say. Segundo fontes ouvidas pela Reuters, negociadores da **União Europeia** indicaram que o bloco **não se oporia** a um acordo final em Belém considerado “pouco ambicioso” e “desequilibrado” em relação às preferências europeias, desde que o texto garanta **mais recursos para adaptação** climática destinados aos países mais pobres e vulneráveis. Isso sinaliza disposição da UE de fazer concessões em mitigação ou linguagem de combustíveis fósseis para garantir avanços concretos em financiamento. Excelente exemplo de **barganha em negociações climáticas**: a UE, vista como “líder” em mitigação, aceita flexibilizar a retórica em troca de resultados tangíveis em financiamento para adaptação, tema caro ao Sul Global – incluindo o Brasil. Ajuda a discutir **trade-offs entre ambição normativa e pragmatismo político** na diplomacia ambiental.

23 nov

Acordo Mercosul-UE será assinado em 20 de dezembro, diz Lula. Em entrevista durante a Cúpula do G20 na África do Sul, o presidente Lula afirmou que o acordo de livre comércio **Mercosul-União Europeia** será assinado em 20 de dezembro, em reunião de cúpula do Mercosul no Brasil, ressaltando tratar-se de um dos maiores acordos comerciais do mundo, envolvendo cerca de 722 milhões de pessoas e US\$ 22 trilhões de PIB. Ao mesmo tempo, reportagem da Reuters lembra que a França continua classificando o acordo como “inaceitável”, alegando insuficiências em exigências ambientais e proteção ao setor agrícola, enquanto países como Alemanha e Espanha defendem a conclusão do pacto como forma de diversificar parceiros e reduzir dependência da China. Tema **absolutamente central** para questões de **economia, PI e direito internacional econômico**: reacende o debate sobre **condicionalidades ambientais** em acordos comerciais, expõe fissuras internas da UE (França x Alemanha/Espanha) e mostra o Brasil tentando se posicionar como ator-chave na reconfiguração das cadeias globais de valor e na disputa sino-ocidental. É um dos assuntos mais prováveis de cair em prova, tanto em objetivas quanto em discursivas.

25 nov

Cooperação entre Brasil e União Europeia discute segurança no ambiente digital. O Ministério da Previdência Social realizou, em Brasília, reunião com a iniciativa europeia **SOCIEUX+**, voltada ao fortalecimento de políticas sociais, para dar continuidade à criação do **Laboratório de Pesquisa Estratégica da Previdência Social (LAPE)**. O laboratório será um ambiente digital de ciência de dados voltado a produzir informação e combater fraudes previdenciárias, com apoio técnico da UE e foco no uso de **inteligência artificial** para prevenção, detecção e investigação de fraudes, além de capacitar servidores em ciência de dados. A missão de cooperação ocorre entre 24 nov. e 5 dez., com workshops,

visitas técnicas e desenho de metodologia de trabalho conjunta. Exemplifica **cooperação técnica Norte-Sul** em políticas sociais, ligando **governança digital, IA, proteção de dados e políticas de bem-estar**. Pode aparecer em questões sobre **política externa brasileira para a UE**, modernização do Estado, combate a ilícitos e convergência regulatória em economia digital.

PAÍSES DO ORIENTE MÉDIO

1 nov

Iran Nuclear Talks Stalled After Sanctions Reimposed. Após a reativação (“snapback”) das sanções da ONU contra o Irã em setembro de 2025, a UE e o Reino Unido reintroduziram seus regimes de sanções nucleares. Em novembro, análises indicam que as conversas entre EUA e Irã para um novo acordo nuclear estão paradas, embora ambos digam apoiar um entendimento. Reportagem do *Le Monde* destaca a tentativa iraniana de envolver a França como mediadora, num contexto de grande desconfiança em relação a Washington e de retórica dura em Teerã, que reivindica o direito de enriquecer urânio e considera o “snapback” um erro diplomático. O dossiê nuclear iraniano é um **clássico de prova**: envolve não proliferação, sanções, funcionamento do Conselho de Segurança, JCPOA, papel da UE e middle powers europeus, e repercussões na segurança regional e no mercado de energia. Também dialoga com a política externa brasileira tradicionalmente favorável a soluções negociadas e ao direito ao uso pacífico da energia nuclear.

2 nov

OPEC Secretariat receives updated compensation plans from Russia, Iraq, the United Arab Emirates, Kazakhstan, and Oman. Em reunião virtual de 2 de novembro, oito países da OPEC+ que haviam adotado cortes voluntários adicionais — entre eles Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Iraque, Kuwait e Argélia — decidiram aumentar de forma modesta a produção combinada em 137 mil barris/dia em dezembro, mantendo, porém, uma pausa nas altas para o primeiro trimestre de 2026. Comunicado da OPEP enfatiza a intenção de preservar a estabilidade do mercado à luz de um cenário econômico global considerado “saúdável, porém incerto”, e anuncia reuniões mensais para monitorar conformidade e compensar eventuais sobreproduções. Importante para **Economia internacional e Geopolítica da energia**. Mostra a centralidade de Arábia Saudita, EAU, Iraque e outros produtores do Golfo na regulação da oferta de petróleo, o uso de cortes voluntários como instrumento de política econômica e a interação entre choques geopolíticos (Gaza, sanções ao Irã, Rússia) e decisões de oferta. É tema típico de questão que cruza Economia, PI e HM contemporânea.

3 nov

Primeira Reunião de Líderes da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. À margem da Segunda Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, realizou-se em Doha a primeira reunião de líderes da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, iniciativa lançada pelo Brasil em 2024 durante sua presidência do G20. O encontro reuniu 104 países e diversas organizações internacionais. Foram anunciados planos nacionais preliminares e parcerias de financiamento para projetos em países em desenvolvimento, com o Catar coorganizando o evento com a ONU e o mecanismo da Aliança sediado em Roma e Brasília. Conecta o **protagonismo brasileiro em governança global de desenvolvimento** ao papel do Catar como ator diplomático relevante no Oriente Médio. Cai bem em PI e DH/Desenvolvimento ao tratar de combate à pobreza, segurança alimentar, presidência brasileira do G20 e redesenho da cooperação internacional, além de ilustrar o uso de fóruns no Golfo como palco para agendas globais.

4 - 7 nov

IV Rodada Negociadora MERCOSUL-Emirados Árabes Unidos. Realizou-se em Brasília a IV Rodada Negociadora do Acordo de Parceria Econômica Abrangente Mercosul–Emirados Árabes Unidos. Delegações trataram de bens, regras de origem, serviços, investimentos, facilitação de comércio, propriedade intelectual e compras governamentais. O governo brasileiro destacou que o comércio bilateral Brasil–EAU atingiu cerca de US\$ 5,4 bilhões em 2024, com forte superávit brasileiro, e vê o acordo como plataforma para ampliar exportações industriais, agroindustriais e de serviços para o Golfo. Tema diretamente ligado à **política externa comercial brasileira**, à agenda de acordos do Mercosul com parceiros extra-regionais e à inserção do Brasil no Golfo. Pode ser explorado em questões de PI/Economia sobre: diversificação de parceiros, papel dos países árabes na pauta exportadora, relação entre Mercosul e EAU como hub para Ásia e África e complementaridade com outros acordos (EFTA, UE, etc.).

10 nov

UAE refuses to join Gaza stabilisation force without clear legal framework. Reportagem do *The Guardian* relata que os Emirados Árabes Unidos anunciaram que não integrarão a força internacional de estabilização proposta para Gaza, enquanto não houver um mandato jurídico claro e consenso sobre objetivos e cadeia de comando. A força é vista como desdobramento da resolução norte-americana, destinada a desarmar o Hamas e garantir segurança após a retirada israelense. Outros países (como Jordânia e Turquia) também expressaram reservas, criticando a ausência de um horizonte explícito de solução de dois Estados. Ilustra as **ambivalências da política externa dos EAU**: país que projeta soft power e se engaja em ajuda humanitária, mas é cauteloso em compromissos militares controversos. Pode ser explorado em PI e HM contemporânea ao discutir regionalismo

árabe, estratégias de middle powers do Golfo, legitimidade de intervenções e disputas intra-árabes sobre a questão palestina.

15 - 19 nov

Anac amplia cooperação internacional no Dubai Airshow 2025. No Dubai Airshow 2025, o Brasil levou uma grande comitiva oficial, com Ministério de Portos e Aeroportos, ANAC e Embraer. Foram anunciados contratos para venda de até 20 aeronaves comerciais a companhias da Costa do Marfim e Suíça, além de memorandos de entendimento com empresas dos Emirados (AMMROC e Global Aerospace Logistics) para manutenção e suporte da frota na região. A agenda incluiu reuniões com autoridades dos EAU e de outros países do Golfo, tratando de investimentos em combustível sustentável de aviação (SAF), ampliação de rotas e promoção da Base Industrial de Defesa brasileira. Articula **diplomacia econômica, indústria de defesa e conectividade aérea** com o Oriente Médio. É um bom exemplo de como o Brasil utiliza feiras setoriais para projetar soft power tecnológico, atrair investimentos e reforçar parcerias estratégicas com os EAU e países do Golfo, tema recorrente em PI e Economia (comércio de serviços, complexidade econômica, BIDs).

17 nov

ONU aprova Resolução 2803 sobre o “plano de paz” para Gaza. O Conselho de Segurança da ONU aprovou, por 13 votos e 2 abstenções (China e Rússia), a Resolução 2803, que endossa o “Comprehensive Plan to End the Gaza Conflict”, elaborado pelo governo dos EUA. A resolução busca consolidar o cessar-fogo em vigor desde outubro, definir mecanismos de governança para Gaza no pós-conflito e abrir caminho para uma força internacional de estabilização. Análises jurídicas apontam problemas quanto à compatibilidade do plano com o direito internacional, inclusive pela margem de ação conferida aos EUA e aliados na administração de Gaza, e pela ausência de referência clara a um Estado palestino. Tema central em **segurança internacional e Oriente Médio**. Pode aparecer em questões sobre: funcionamento do Conselho de Segurança; legitimidade de operações de estabilização; tensão entre a Carta da ONU, autodeterminação palestina e planos unilaterais; papel dos EUA e reações de atores regionais (incluindo países árabes que recusam participar da força).

18 nov

Brasil e Irã ampliam cooperação em políticas penais e alternativas ao encarceramento. A Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) participou de encontro com a Embaixada do Irã em Brasília, dedicado à troca de experiências sobre penas alternativas, monitoramento eletrônico e execução penal. O Brasil apresentou sua Política Nacional de Alternativas Penais e o uso de monitoração eletrônica, enquanto o lado iraniano expôs aspectos de seu sistema penal. O objetivo foi fortalecer a cooperação institucional e alinhar práticas a diretrizes internacionais de direitos humanos no campo penal. No mesmo período, a agenda oficial do chanceler Mauro Vieira registrou

telefonema com o ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araghchi, reforçando o diálogo político bilateral. Mostra uma dimensão menos visível da **cooperação Sul-Sul** do Brasil com o Oriente Médio em temas de justiça e direitos humanos. Pode ser usada em questões que articulem política externa de direitos humanos, cooperação técnica e relações com países sob forte regime de sanções (Irã), bem como no debate sobre universalismo/relativismo de direitos e soft power normativo brasileiro.

18 nov

Cessar-fogo em Gaza continua frágil, com novos bombardeios e críticas da ONU. Apesar do cessar-fogo formal em vigor desde outubro, veículos internacionais registram novos bombardeios israelenses em Gaza, com dezenas de mortos em Gaza City e Khan Younis e ataques paralelos contra posições do Hezbollah no Líbano. Um especialista de direitos humanos da ONU afirmou que a Resolução 2803 viola o direito de autodeterminação palestino e a Carta da ONU, criticando a ausência de garantias de soberania palestina. Análises apontam que o plano de paz e o cessar-fogo não cessaram a violência estrutural contra palestinos em Gaza, Cisjordânia, Síria e Líbano, com organizações como Anistia e Oxfam denunciando o quadro humanitário. Material riquíssimo para **direitos humanos, direito internacional humanitário e segurança internacional**: uso da força, ocupação, bloqueio, papel de organismos da ONU, ONGs e mídia; tensão entre discursos de “paz” e realidade em campo; impacto regional (Líbano, Síria). Pode ser cobrado em PI, HM contemporânea, DH e até em Economia (impacto em preços de energia, ajuda humanitária).

18 – 28 nov

Rochas naturais brasileiras ampliam presença no Oriente Médio com missão na Arábia Saudita e Dubai. A ApexBrasil e a associação Centrorochas organizaram a missão “Brazil Stone Connection – Middle East Edition 2025”, com agenda em Riad (18–20/11) e Dubai (21–28/11). Em Riad, houve visitas a grandes grupos de construção e investimentos sauditas, reuniões na Embaixada do Brasil e contatos com empresas locais. Em Dubai, a programação incluiu workshop para arquitetos, rodadas de negócios com 15 empresas brasileiras e participação na feira Big 5 Global, além de negociação para criação de um **hub de rochas naturais brasileiras** no Porto de Abu Dhabi, visando armazenagem e distribuição na região. Ilustra a **estratégia de promoção comercial setorial** do Brasil e a importância do Oriente Médio como mercado para bens de alto valor agregado (materiais de construção de luxo). Reforça o papel da ApexBrasil, o uso de hubs logísticos no Golfo e o vínculo entre diplomacia econômica e presença empresarial — temas que podem ser explorados em HB/PI (relações com o mundo árabe) e Economia (política de exportações).

LUMEN
— EX STUDIO, LUX —